

# Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.510.171 - RS (2019/0148514-6)**

**RELATORA** : MINISTRA ASSUSETTE MAGALHÃES  
**AGRAVANTE** : EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS  
**ADVOGADOS** : FERNANDO FORIGO RAFALSKI - RS064753  
MANUELA RODRIGUES PRETTO E OUTRO(S) - RS058263  
RAQUEL OLCHIK CANTERJI - RS056891  
**AGRAVADO** : JOÃO EDISON BERTOLDI  
**ADVOGADO** : JOAO EDISON BERTOLDI (EM CAUSA PRÓPRIA) - RS013073

## EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRADO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. EBCT. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SEDEX 10 E PERDA DE PRAZO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO AO STJ. DANO MORAL. RECONHECIMENTO. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL NÃO DEMONSTRADA, NOS MOLDES LEGAIS E REGIMENTAIS. AGRADO INTERNO IMPROVIDO.

I. Agravo interno ajuizado contra decisão que julgara recurso interposto contra **decisum** publicado na vigência do CPC/2015.

II. Na origem, trata-se de Ação de Indenização, ajuizada pela parte agravada em face da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - EBCT, objetivando obter reparação por danos materiais e indenização, a título de danos morais, em face do tardio protocolo, pela empresa pública, de recurso interposto ao STJ, encaminhado, pela parte autora, pelo SEDEX 10. O acórdão do Tribunal de origem manteve a sentença, que julgara procedente, em parte, o pedido, para condenar a parte ora agravante ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R\$ 18.740,00 (dezoito mil, setecentos e quarenta reais).

III. Nos termos do art. 1.029, § 1º, do CPC/2015 e do art. 255, § 1º, do RISTJ, a divergência jurisprudencial exige comprovação – mediante a juntada de cópia dos acórdãos paradigma ou a citação do repositório oficial ou autorizado em que publicados – e demonstração, esta, em qualquer caso, com a transcrição dos trechos dos acórdãos que configurem o dissídio, mencionando-se as circunstâncias que identifiquem ou assemelhem os casos confrontados, não bastando a simples transcrição de ementas, sem realizar o necessário cotejo analítico, a evidenciar a similitude fática entre os casos apontados e a divergência de interpretação.

IV. Agravo interno improvido.

## ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos em que são partes as acima indicadas,

# *Superior Tribunal de Justiça*

acordam os Ministros da Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Francisco Falcão, Herman Benjamin, Og Fernandes e Mauro Campbell Marques votaram com a Sra. Ministra Relatora.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019(data do julgamento).

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES  
Relatora

